



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Ata da 11.^a Audiência Pública da Frente Parlamentar sobre o Pedágio, realizada no Município de Paranaguá e do litoral, em 08/4/2021.

Aos oito dias do mês de abril de dois mil e vinte e um, às nove horas iniciou-se a 11.^a Audiência Pública da Frente Parlamentar sobre o Pedágio no Paraná, desta vez realizada inteiramente de modo remoto, pelo aplicativo *zoom* e transmissão pelo *site* da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná (ALEP), através de seus canais nas plataformas do *Facebook* e *Youtube*. Deputados presentes: Deputado Plauto Miró, Alexandre Amaro, Evandro Araújo, Tercílio Turini, Tadeu Veneri, Soldado Fruet, Arilson Chiorato, Delegado Recalcatti, Galo, Michele Caputo, Subtenente Everton, Luiz Cláudio Romanelli. A jornalista Paola Manfroi da TV Assembleia fez a abertura da audiência, inaugurou os trabalhos, e apresentou o processo de audiências públicas que está sendo realizado pela ALEP. O Deputado Arilson Chiorato cumprimenta a Vereadora Edna Castro de Guaratuba e o Prefeito Marcelo Roque de Paranaguá, ressalta a importância sobre a pauta do pedágio para o histórico do Paraná, perda de competitividade, região portuária paga um custo sobre isto, a Frente é suprapartidária e defende mais obras em menos tempo e menor tarifa. Haverá apresentação do Deputado Luiz Cláudio Romanelli, e depois exposições intercaladas entre autoridades locais e representantes da sociedade civil. O Dep. Romanelli ressalta que esta semana teve um feito inédito, um Manifesto do Poder Legislativo assinado por 54 Deputados (as) Estaduais. Esse modelo apresentado pelo Ministério não é novo, é a antiga conhecida concessão onerosa, já utilizada pelo Governador Jaime Lerner para o "anel de integração" do Paraná, iniciado em 1997, fixação de programa de obras e tarifa pré-fixada (era 40% mais cara do que deveria desde o início do contrato). Em período eleitoral, o Governador baixou a tarifa com intuito eleitoral. 1998 desequilíbrio contratual, com questionamentos judiciais. Em 2000 os termos aditivos com concessionárias excluem obrigação de obras. Em 2012, TCU e TCE concluem existência de desequilíbrio financeiro em favor dos usuários. 2018 Operação Lava Jato e termo de leniência. 2020 a Agepar reconhece a existência de sobrepreço e aumentos desnecessários. O Norte Pioneiro e o litoral foram incluídos no lote 02, com a inclusão de três novas praças de pedágio (Quatiguá, Sengés, e Jacarezinho). As tarifas máximas previstas para o leilão terão o desconto máximo de a E criaram a taxa de outorga (dinheiro pago ao governo federal), após os questionamentos esse valor seria depositado numa conta centralizada no caixa das



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

concessões de cada lote. Queremos uma licitação pelo menor preço de tarifa, sem limite de desconto, obras no início do contrato (começou concessão começou a obra), e uma garantia para a execução da obras, como um depósito de caução, que a concessionária deverá depositar para garantir que as obras serão realizadas. Temos exemplos positivos de licitação pelo menor preço BR101 (palhoça a divisa com rio grande do sul), BR354 (Minas Gerais) e Rodovias do Rio Grande do Sul. Solicitamos que os paranaenses não sejam tratadas como cidadãos de segunda categoria. A Assembleia Legislativa firmou um novo Manifesto uníssono entre todos os Deputados, protocolado na ANTT, com propostas como depósito de caução, contra novas praças, menor tarifa dentre outros. O Ministro recebeu um carta da sede da FIEP, que na síntese tem a mesma ideia do Manifesto da Assembleia. Sobre a questão da garantia também tem certa diferença. O Deputado Romanelli afirma que o Governador Ratinho também foi surpreendido por esta modelagem, e cabe a ele ratificar com o Ministro que a posição do Paraná. Concluída a apresentação, é passada a palavra ao Senador Flávio Arns, que ressalta importância do debate do pedágio, pois amarrará as pessoas por trinta anos. Passada para o Vereador Fábio Santos, Presidente da Câmara Municipal de Paranaguá, agradece os Deputados Arilson, Michele Caputo e Galo, e pede a correção do grande erro para que a rodovia chegue até o marco zero da BR277, renovação da Avenida Airton Senna, projeto está com o porto. Avenida Bento Rocha necessita de nova ponte para região do Embu-guaçu. Passado para o , não foi contemplado a PR408 que liga Morretes a Londrina, e outras PR que fazem parte do litoral do Paraná, e a necessidade de contemplar o KM 05 até o Porto de Paranaguá, com viadutos, iluminação pública, vias marginais, etc. pois este trecho é do DNIT e não são tomadas atitudes para manutenção. E as obras devem ser desde o primeiro dia de contrato, e não depois de 05 anos, a empresa que ganhar deverá ter caixa para começar obras no início. Paola Manfroi faz o registro de presença de dezenas de apoios, e presenças virtuais de representantes e autoridades do Litoral e da Região Metropolitana de Curitiba. Passado para Deputado Michele Caputo, faz registros da situação de Guaraqueçaba que fica ilhada, sem acesso terrestre pelas péssimas condições da estrada de terra, e problema do acesso marítimo (quando é possível) e ratifica todas as necessidades de Paranaguá e região. Deputado Galo, fala do corredor exclusivo para motos, ratifica a importância da Frente Parlamentar, do papel dos Deps. Romanelli e Arilson Chiorato, e que o Pres



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Bolsonaro já teria falado sobre a Frente Parlamentar sobre o Pedágio do Paraná em três oportunidades. Deputado Delegado Recalcatti faz propostas registradas em ata: Minhas propostas: 1 - Menor tarifa. 2 - não ao modelo híbrido. 3 - clausula de revisão a cada dez anos. 4 - prazo de contrato de no máximo 25 anos. 5 - Não ao degrau tarifário. 6 - isenção aos moradores onde ficam as praças de pedágio. 7 - vedação das atuais concessionárias de pedágio. 8 - exclusão das novas 15 praças. 9 - isenção para motociclistas. Passado para Sr. Ércio, Associação Comercial, Industrial e Agrícola do Pontal Paraná, comunga do modelo defendido pela FACIAP, que coaduna com as ideias da Frente Parlamentar, pela menor tarifa, sem outorga onerosa, e com garantia de execução de obras, quem é de Pontal conhece a falta de duplicação da PR407, prevista desde o início no contrato de pedágio, e agora no final de contrato em razão do acordo de leniência, faz como se esmola fosse a duplicação de apenas oitocentos metros no perímetro urbano de Pontal. Prefeito de Antonina Zé Paulo, parabeniza o Governador e Secretário Sandro Alex, e causou espécie a remoção da manutenção do trecho da BR277 até Morretes e de Morretes a Antonina. Paola Manfroi transmite novas perguntas formuladas pelos participantes. Passada a palavra para Mariana Auler, Coordenadora Jurídica da Ciclo Iguaçu, ressalta a importância de tratar das obras nessa discussão, é importante ter o olhar de segurança viária e no sentido econômico, diante da gravidade dos acidentes e da tendência forte da exploração do cicloturismo. A cicloiguaçu fez mais de três mil contribuições para a ANTT. Pede a realização de audiência pública sobre ciclomobilidade e pedágio. Deputado Subtenente Everton: estamos aceitando a proposta que está sendo enfiada goela abaixo. Deputado Evandro Araújo: cumprimenta a todos, e cumprimenta o Padre Osvaldo, precisamos batalhar por um pedágio de manutenção no início, fluxo de caixa marginal, e ressaltou a importância de tratar a ciclomobilidade. Passado para Dep. Tercílio Turini, que este processo comprometerá diversas regiões do Paraná, em muitas gerações, quando foi implantado, Lerner dizia que seriam rodovias de primeiro mundo, tarifa pelo menor preço, licitação em bolsa, sem limite de desconto, sem outorga, sem degrau tarifário, e com garantia de realização das obras, com o pedagiômetro, para o usuários saiba o valor arrecadado em cada praça, em períodos específicos, pois nesses vinte e quatro anos num foi contado em cada praça. Não aceitamos este modelo de pedagiômetro, e contrário este modelo. Paola Manfroi lê algumas perguntas recebidas via zoom: Edna Castro - Vereadora do Município de Guaratuba, que vem do



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

setor produtivo, da FACIAP, e da coordenação da Cacileste, e todos são contrários a este modelo híbrido, e precisa levantar juntos aos Deputados com tarifas acessíveis e que caiba no bolso dos Deputados, a taxa de outorga é um atraso. Passado para Fábio Silva, morador de Paranaguá. Passado para Profa. Vanda, representante da APP Sindicato e moradora do litoral, fica feliz em saber do trabalho da Assembleia, estiveram juntos contra a privatização das rodovias em 1990, e reforça os pedidos de acesso para o Porto de Antonina (ponta do Félix). Passado para Sr. Edilson Caetano, Vereador de Paranaguá, cumprimenta a todos, Paranaguá estava fora de Audiência Pública não havia contemplado Paranaguá e litoral, ressalta o problema da "vazada", com melhorias contra o sofrimento da população e motoristas, e é necessário que sejam realizadas as obras no início em Paranaguá, como pode um novo plano de concessão daqui a cinco anos, o que é inaceitável, pois como é que ficará durante estes cinco anos sem reformas ou melhorias, e é importante ter melhorias na PR508, onde já houve cinco mortes, onde vários moradores colonos que têm que pagar. Deputado Soldado Frut relaciona os investimentos das rodovias que estão tendo investimento público do Paraná, e nas 15 novas praças nove são em rodovias estaduais e seis estão recebendo investimentos. Confira os investimentos do Estado em andamento nas PRs incluídas no novo programa de concessões rodoviárias (inserido no chat): PRs 323 e 272 - O maior volume de recursos (R\$ 287,7 milhões) está destinado para o corredor rodoviário do Noroeste, onde está programada a implantação de quatro novas praças de pedágio - três delas na PR-323 (Cianorte, Jussara e Umuarama) e uma na PR-272 (Francisco Alves). O Estado reservou mais de R\$ 190 milhões para duplicações: R\$ 73,4 milhões entre Paçandu e Doutor Camargo (em execução), R\$ 38,3 milhões entre Doutor Camargo e a variante do Rio Ivaí (em licitação) e R\$ 81,8 milhões no perímetro urbano de Umuarama. Outros R\$ 91,5 milhões serão empregados na implementação de terceiras faixas entre Doutor Camargo e Iporã (em licitação). Além disso, está em obras o viaduto de Iporã na PR-272 (continuação da PR-323), ao custo de R\$ 2,8 milhões. PRs 092 e 151 – O Governo do Estado está licitando duas intervenções: a duplicação no perímetro urbano de Siqueira Campos (R\$ 39,7 milhões) e a implementação de terceiras faixas entre Jaguariaíva e Santo Antônio da Platina (R\$ 51 milhões). Pelo projeto do Governo Federal, o corredor do Norte Pioneiro terá uma nova praça de pedágio na PR-092, em Quatiguá, e outra na PR-151, em Sengés. PR-445 - Está em fase de conclusão a duplicação entre Londrina e o



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

distrito de Irerê, no valor de R\$ 93,4 milhões, e em execução a elaboração do projeto executivo de duplicação entre Mauá da Serra e Irerê, por R\$ 3,6 milhões. Está planejada a instalação de uma praça de pedágio na região de Londrina. PRs 280 e 182 – O Departamento de Estradas de Rodagem (DER) lançou a licitação para implementação de terceiras faixas em dois trechos - da BR-153 até União da Vitória e entre Palmas e Marmeleiro -, no valor de R\$ 28 milhões. O corredor rodoviário do Sudoeste receberá praças de pedágio em Pato Branco, na PR-280, e Ampére (na PR-182, continuação da PR-280 investimentos do governo estadual em rodovias que serão pedagiadas. Deputado Tadeu Veneri: matéria do Jornal Valor Econômico de hoje o Brasil continuará como grande exportador de commodities, a duplicação da PR407 . O traçado de infraestrutura para o litoral nunca saiu do papel. Acompanhou a retomada do porto de Antonina, mas que a ferrovia nunca chegou a ser construída. Antonina tem uma grande produção de orgânicos, no assentamento José Lutzemberg. Deve ser discutida a situação de Antonina, as duplicações necessárias para o litoral, dentre outras, caso não seja discutida, deverá ser votado o projeto da Assembleia que trata não aprovação da delegação das rodovias estaduais. Passado para a Vereadora de Matinhos, a população de Matinhos está ligada, e apoia as mudanças. Vereador Ezequias F. Rederd (Maré), Paranaguá está esquecida nestes projetos, e deveríamos discutir a retomada das rodovias, e não leilão de praça de pedágio e de riquezas do Estado, que só querem nos engolir. A rodovia despeja mais de quatro mil caminhões mês, e fica a responsabilidade para o Município. Milhares de pessoas já foram vitimadas por acidentes, já que a BR277 vai até a vila Guarani, sem acessos marginais nem ciclovias. Vereador Luizinho Maranhão de Paranaguá, compara com a Rodovia 222 do Ceará, cujos portos movimentou 9 milhões de toneladas. Apenas Porto de Paranaguá mobilizou 57 milhões de toneladas. O pedágio da Ecovia só deixa lixo, sujeira, rato, prostituição infantil, sem nenhum real para o Município de Paranaguá. 2019 passaram um milhão de caminhões. Ao G7 e aos Deputados, em Paranaguá tem a estrada do Imbocuí, com vários terminais privados, estrada horrorosa, com mais movimentação do que a movimentação do Ceará. Paraná está refém de um único terminal de *containers*. Paranaguá está unida do Prefeito Marcelo Roque e com os Vereadores de Paranaguá. Vereador Oseias Bisson, de Paranaguá, colônias da PR508 devem ser atendidas, que a concessão sequer possibilita acessos às colônias, não tem ciclovias, e não tem identificação nas colônias,



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

muitos povoados na BR277 não tem entrada correta e identificação correta, a cidade mãe do Paraná não sido atendida com obras, e pede atenção para que as obras se iniciem em Paranaguá. Dep. Arilson passa a palavra para Paola Manfroi que lê perguntas e passa a palavra para Dep. Evandro Araújo que esclarece que infelizmente haverá pedágio, queiramos ou não, mas lutamos para que sejamos ouvidos para ter algo justo, e se não formos ouvidos vamos votar um projeto de lei para não delegar as rodovias. E sobre a comparação com as rodovias de SC, aqueles pedágios são chamados de manutenção, precisamos algo neste sentido, e com investimentos. Deputado Tercílio responde às perguntas e faz esclarecimentos sobre a questão das atuais obras previstas e o tempo para a nova licitação. A participante Muriel registra que Moradora de Paranaguá e usuária da bicicleta faz muitos anos como meio de transporte. Gostaria de saber por que não é considerada a estrutura cicloviária sempre que feitas obras ou melhorias? não é somente ciclovias é estrutura de mobilidade ativa literalmente. Devem ser considerados os moradores das comunidades ao lado das BR e PRs. Não podem ser ignorados, ao fim devemos concordar que o que importa é a vida . Por que não estão nos planos já as estruturas cicloviárias e para pedestres das comunidades ao longo das rodovias. O trecho de Paranaguá é o local de maior número de acidentes com mortes de ciclistas e pedestres...por que isso não é tido em conta? e quando será? na duplicação de PR407 não tem estrutura adequada de ciclovias...não podemos aceitar novas obras sem considerar a mobilidade cicloviária, lembrando também que o turismo e cicloturismo ativa economicamente e desenvolve a região. Temos muitos artesão e produtores rurais e devem ser considerados. Outra coisa importante é ver a forma disponibilizada para participação da sociedade civil. Teve contribuições em massa e em quantidade por ação da Ciclo Iguaçu, deveriam pensar em formas de incluir realmente a participação popular nas propostas e novas consultas...observem o trabalho da ciclo e pensem em várias formas de divulgação e participação...se a ciclo fez é possível ser feito sim. O site da ANNT deu muito problema também e gerou aumento no prazo que na verdade não foi real totalmente porque as falhas no site permaneceram..alem da dificuldade de participar tem a impossibilidade pelo sistema. Principais que: Que as obras tenham início no primeiro ano de contrato. Que as obras se iniciem no litoral do Estado. Audiência Pública sobre transporte cicloviário. Audiência Pública sobre passagem de animais nas rodovias. Duplicações das rodovias estaduais para Morretes e Antonina.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Duplicação integral das Rodovias Estaduais. Melhorias à Rodovia PR405 para Guaraqueçaba. Garantia o acesso à Antonina. Que a concessão da rodovia fosse ampliada chegando até o portão do nosso Terminal Portuário, o que acrescentaria uns 6 ou 7km. A manutenção da pavimentação deste trecho com alto tráfego de caminhões, ficaria por conta da operadora, desonerando consideravelmente o nosso Município. Que o valor do pedágio tivesse uma substancial redução, porque os valores atualmente praticados oneram por demais o nosso setor produto e, além disso, encarecem a visita de turistas aos nosso litoral que acabam optando por outro destino cujo traslado seja mais barato. Paola Manfroi relembra todas as audiências já realizadas, e passa o *email* da Frente Parlamentar para contribuições: *fppedagio@assembleia.pr.gov.br* Nada mais havendo a tratar, o Deputado Arilson Chiorato agradeceu a participação de todos e declarou encerrada a Audiência Pública. Assim se lavrou a Ata, que segue assinada pelo Coordenador da Frente Parlamentar sobre o Pedágio da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, Deputado Arilson Chiorato.

Deputado Estadual Arilson Chiorato